

CURRÍCULO E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NA FORMAÇÃO DOCENTE NOS SERTÕES DE CRATEÚS.

Maria Leticia Veras Barros ¹
Antonia Alana Claudino Sousa ²
Prof^a. Dra. Jaiane Araujo Oliveira ³

RESUMO

As comunidades quilombolas carregam em seu contexto histórico-social marcas de racismo, violência, repressão e, além disso, possuem pouco espaço e visibilidade nos espaços escolares, nas políticas públicas, assim como na produção científica no que se refere à valorização de sua cultura, identidade, costumes e saberes. Este trabalho tem o objetivo de refletir e problematizar como a construção do conhecimento, da identidade e da cultura quilombola tem sido trabalhada e inserida na formação docente e na gestão das escolas. Além disso, fazer uma análise do processo pelo qual o currículo Escolar Quilombola deve ser submetido, para que chegue à escola trazendo de fato as características próprias dessa comunidade. Através de discussões geradas em sala de aula pela disciplina de Currículo e Programas do curso de Licenciatura em Matemática e por meio de pesquisas bibliográficas, nesta pesquisa foi estabelecido um paralelo com o currículo da escola regular tradicional com tudo o que já foi citado, chegando assim à conclusão de que nada vale ofertar uma educação para a comunidade quilombola aos moldes europeus, mas que há a necessidade da inserção de um ensino da Escola Quilombola sem negar suas experiências, marcas, crenças e valores.

Palavras-chave: Escola Quilombola; Currículo Escolar; Formação Docente;

1 INTRODUÇÃO

Esta presente pesquisa está inserida no universo que aborda e problematiza o currículo escolar, mais especificamente, estabelece uma análise crítica ao currículo ofertado para as comunidades quilombolas, estabelecendo uma comparação paralela à escola tradicional. Para tal discussão, o presente estudo busca conceituar, por meio do contexto histórico-social, o que são de fato os quilombos, insere o reconhecimento dos mesmos através da legislação e com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana do ano de 2004, debate a garantia e conquista do espaço da educação para este movimento. Por meio de pesquisas, para uma melhor visualização da emancipação deste grupo social, serão inseridos dados sobre as escolas quilombolas no estado do Ceará. Então, com o mesmo objetivo, será incluído também pequenos relatos de uma universitária remanescente quilombola, residente

¹ Graduando de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Ceará – IFCE, mariialeetv@gmail.com;

² Graduando de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Ceará – IFCE, alanaclaudino17@gmail.com;

³ Professora orientadora: Doutora, Instituto Federal do Ceará – IFCE, jaianeangelina@yahoo.com.br

na cidade de Crateús, interior do estado do Ceará, adquiridos por meio de uma entrevista estruturada, levantando questões importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Sabe-se que os quilombos fazem parte da história brasileira, mas pouco se discute sobre estes e por este motivo, há uma visão unilateral e colonial diante da sua real definição. Mas quem são de fato? Antes de tudo, pode-se defini-los como um movimento social, uma vez que resistem à todo movimento de repressão sob o regime de escravidão e exclusão dos negros. Para tanto, lutam desde muito antes pelo seu espaço na sociedade e a garantia dos seus direitos. Sendo reconhecidos como uma comunidade somente pela constituição de 1988, outras leis também vão garantindo sua inserção na educação e nos currículos. Mas o que embasa esta pesquisa de fato são os seguintes questionamentos: a) o currículo escolar hoje dá conta de, sem mudanças estruturais responder aos desafios que toda esta população sofre? Sendo estes, de exclusão, perda de identidade cultural, preconceitos, falta de integração à toda sociedade brasileira, dentre outros. E, b) como trazer para o contexto escolar a cultura de uma população que historicamente foi invisibilizada sem estereotipá-la ainda mais?

Será que somente instituir projetos de leis para as escolas é o suficiente para o estudo desta cultura? Certamente não. É lógico que tudo isso é essencial, necessário, para a inserção e reconhecimento deste movimento na sociedade brasileira, mas sem uma formação continuada para os professores, ou até mesmo, priorizando sempre uma visão eurocêntrica na educação, os estereótipos, o preconceito sempre existirão. Por isso a importância de uma visibilidade maior para este assunto.

Mais adiante, por meio de todas as pesquisas bibliográficas, coleta de dados e os relatos da entrevista, será levantada a discussão do porquê é necessário uma educação e um currículo diferenciado para este povo, com professores especializados que busquem a afirmação da identidade negra e de toda sua cultura, que forneçam a concepção de educação quilombola e não de uma educação para os quilombolas e que abranjam estratégias para o envolvimento e a oferta de oportunidades igualitária para estes. E a partir disso, é questionado o dever da escola, uma vez que esta necessita tratar dos conflitos que envolvem essa comunidade, do silêncio imposto a esses, a grande taxa de analfabetismo, das tensões ocasionadas pelo racismo, assim como também as dificuldades enfrentadas na conquista dos seus espaços territoriais, dentre outros aspectos que não são dissociados da população quilombola.

2 METODOLOGIA

Esta discussão foi realizada a partir da discussão da disciplina de Currículo e Programas do curso de Licenciatura em Matemática do IFCE/Campus Crateús aliada com uma pesquisa documental e uma entrevista com uma indígena. Utilizamos como pressuposto metodológico a pesquisa qualitativa, por permitir a utilização de técnicas que possibilitam o reconhecimento da subjetividade dos envolvidos como parte integrante da realidade social investigada, “trazendo para o interior das análises o indissociável imbricamento entre subjetivo e objetivo, entre atores sociais e investigadores, entre fatos e significados, entre estruturas e representações” (MINAYO, 2010, p. 60)

Durante o trabalho realizamos também uma entrevista com uma indígena o que possibilitou compreender melhor algumas questões mais específicas da condição indígena

Compreendo que toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para o outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é um encontro, uma interação, uma troca de ideias e significados, em que várias realidades e percepções são descobertas, exploradas e desenvolvidas. (ALMEIDA, 2016, p. 186).

A pesquisa anuncia a necessidade de uma educação e um currículo diferenciado para este grupo, com professores qualificados, comprometidos com a diversidade, que reforcem em sua prática a necessidade do reconhecimento da identidade e cultura quilombola, feita com os povos, a partir dos seus saberes.

3 DESENVOLVIMENTO

A grande expansão do acesso à educação coloca em debate a formação de professores que atenda e compreenda os desafios da contemporaneidade. “Há um autêntico processo histórico de aumento das exigências que se fazem ao professor, pedindo-lhe que assuma um número cada vez maior de responsabilidades. No momento atual, o professor não pode afirmar que sua tarefa se reduz apenas ao domínio cognitivo”. (NÓVOA, 1999).

Considerando tal realidade, torna-se cada vez mais necessária a aproximação do docente com outras e diversas realidades para que a eles tenha oportunidades de investigação, conhecimento e análise da realidade em que irão atuar. Para aqueles que já atuam, esse é um

momento privilegiado para conhecer outras circunstâncias do trabalho pedagógico que envolve seus pares.

Este conhecimento não é formado apenas na experiência concreta do sujeito em particular, podendo ser nutrido pela ‘cultura objetiva’, ou seja, as teorias da educação, de modo a possibilitar aos professores trazê-los para as situações concretas, configurando seu acervo de experiência ‘teórico-prático’ em constante processo de re-elaboração.

Nessa perspectiva, Tardif (2002) ressalta que a prática docente integra diferentes saberes, sendo essencial que se estabeleçam múltiplas articulações entre a prática docente e os saberes, pois, como uma condição para a prática docente, precisam “*dominar, integrar e mobilizar tais saberes*” (TARDIF, 2002).

O autor define o saber docente “como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da (1) formação profissional e de (2) saberes disciplinares, (3) curriculares e (4) experienciais” (TARDIF, 2002). Nessa perspectiva, os saberes profissionais dos professores são temporais, plurais e heterogêneos, personalizados e situados, e carregam as marcas do ser humano. Tardif (2002), valoriza a pluralidade e a heterogeneidade do saber docente, destacando a importância dos saberes da experiência.

De acordo com o Conselho Ultramarino, órgão responsável pelo controle central da colônia, definiu o quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 1988, p.16).

Para compreender o campo semântico do termo quilombo, surgindo da ideia de refúgio de negros escravos fugitivos e vai até a prática de resistência da cultura afro-brasileira nos dias atuais, que se impõe contra toda forma de discriminação racial e de dominação cultural, é preciso traçar o seu percurso histórico conceitual. (LANCHERT e OLIVEIRA, 2013, p. 3)

O quilombo é, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar, uma síntese dialética (CARNEIRO, 1988, p.14).

Nunes, 2016, discute o fato de que os quilombos trazem um caráter mais específico em meio à sociedade brasileira, uma vez que estes são os mais excluídos das políticas destinadas à atenuação da pobreza, do isolamento e da segregação. Ou seja, este é um povo desprivilegiado quanto às oportunidades no âmbito político, social, produtivo,

educacional, dentre outros. Por conseguinte, quando o movimento quilombola reivindica uma educação diferenciada, o que eles querem de fato é a construção de uma educação mais humanizada, atrelada aos seus interesses pessoais, que contenha no seu currículo escolar arranjos que tratem de suas terras, de suas culturas, com uma natureza social, econômica e histórica que os caracterizam.

Silva (2012), Souza (2008) e no que diz respeito à educação escolar Faibani e Santos (2012), Nunes (2006 a, 2006 b, 2012, 2014) fazem uma análise cronológica do modo como a resistência quilombola estabeleceu uma pauta e juntamente a esta, ações políticas em torno de um território que ao não prescindir de uma educação que se forja no conjunto das ininterruptas experiências de resistência e luta em espaços urbanos e rurais - a educação quilombola, reivindica uma educação formal que se aproprie destas e no diálogo com outras formas de conhecimento reinvente pedagogias e didáticas que incidam sobre novos arranjos societários, sobre o desenvolvimento de tecnologias e dinamize concepções de ciência e científico que justifiquem a quais fins sociais se destinam. (NUNES, 2016, p. 111)

Mediante o exposto e para que seja compreendido o porquê de toda a resistência e luta do povo quilombola para a garantia dos seus direitos a uma educação básica de qualidade, observe que a situação destes, de acordo com a Unicef, é de que cerca de 31,5% das crianças nunca frequentaram a escola, por falta ou dificuldade de acesso e ainda que estejam matriculados e tenham acesso, as construções existentes são precárias, com sua estrutura muitas vezes de palha ou de pau a pique, além da falta de capacitação dos profissionais e de um currículo adequado.

As Leis 9.396/96 de Diretrizes e Bases da Educação e 10.639/2000 estabelecem a obrigatoriedade de ensino da cultura Afro-brasileira e Africana na educação Básica. No que diz respeito ao ensino, estabeleceu-se a sua obrigatoriedade com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996. O Art. 26A da referida Lei, estabelece não só a inclusão de conteúdos, como também exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino e as condições para a aprendizagem que são oferecidas pelas escolas.

Foi na Conferência Nacional de Educação -CONAE-, em 2001, que ficou decidido que haveria a inclusão da Educação Escolar Quilombola como modalidade da Educação Básica no Parecer CNE/CEB 07/2010 e na Resolução CNE/CEB 04/2010, mas apenas em 2010 definiu-se que essa educação é responsabilidade do governo federal, estadual e municipal. Estes, portanto, devem garantir a criação de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação das suas respectivas lideranças, assegurar alimentação e espaços adequados de acordo com a sua cultura, promover e garantir formação

específica aos profissionais e participação dos representantes quilombolas em seus conselhos, instituir o PNE Quilombola e assegurar que as atividades docentes sejam realizadas por professores oriundos das comunidades quilombolas.

Em 2011, o Conselho Nacional de Educação – CNE - através da Câmara de Educação Básica – CEB - iniciou o processo de elaboração do currículo, que tem como finalidade orientar as unidades escolares a fim de colocar em prática a Educação Escolar Quilombola, conforme as reivindicações dos remanescentes. Para isso foram realizados seminários nacionais e regionais e audiências públicas no Maranhão, na Bahia e em Brasília, com o objetivo de construir as Diretrizes Curriculares referentes às necessidades requisitadas. Ainda que haja discussões e estudos pertinentes para tal, há um despreparo dos órgãos municipais e estaduais para a efetivação e implantação das políticas públicas referente aos quilombolas, o que torna enfático os maiores obstáculos encontrados para a efetivação: o desconhecimento e desvalorização da cultura dos movimentos.

Diante disso, o questionamento levantado, apesar de sua obviedade, traz consigo o embasamento deste trabalho: com toda a resistência cravada pelos quilombolas com o intuito de manter sua cultura, toda a sua identidade característica, as crenças, além de toda luta pelo seu direito à terra, todos esses aspectos citados os diferenciam de qualquer outro povo, então será que pensar a educação para estes, possui o mesmo sentido de pensar a educação para as comunidades urbanas? Um currículo para a Educação Quilombola deve ser tal e qual ao da Escola Tradicional? Se sim, carregará o grande peso do eurocentrismo e capitalismo implantados no tradicionalismo?

O sistema e as identidades escolares “foram tendo como referentes os seus destinatários, os trabalhadores, os pobres, os camponeses, os negros, mas pensados e alocados como inferiores no padrão de poder-saber”, por isso, “a histórica visão negativa desses coletivos e de seus filhos e filhas marcaram e continuam marcando a lenta garantia de seus direitos à educação, à escola, à universidade. (ARROYO, 2015, p.10)

É importante ressaltar que toda a resistência deste povo está sustentada na luta contra o racismo, à exclusão, à violência consequente de uma escravidão gerada pelo sistema capitalista colonialista, dentre tantos outros. Assim, estes estão imersos em contradições no âmbito do conhecimento. O grande percentual de evasões, reprovações refletem a falta de pertencimento por parte dos alunos à escola, uma vez que relatam o ganho de conhecimento mais relacionado às experiências práticas fora da escola, do que no conteúdo pragmático escolar, com o intuito de uma formação essencialmente tecnicista.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na entrevista realizada com a aluna do curso de geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) - *Campus* Crateús, Clarisse da Silva Oliveira, pertencente à comunidade quilombola presente no município de Crateús, especificamente no distrito de Queimadas, foram realizadas um total de dez perguntas, desde a sua naturalidade até seu ingresso no ensino superior.

Clarisse é natural de Crateús e afirma que em sua comunidade não há uma unidade básica de ensino que atenda especificamente o povo quilombola, que trate da sua cultura, sua história, seu estilo de vida. A aluna afirma também que, estudando na escola regular, por diversas vezes sofreu algum tipo de rejeição por ser remanescente quilombola.

Já no ensino superior ela relata não ter usado sistema de cotas, pois não possuía domínio sobre o método utilizado para as inscrições. Mesmo como discente do Instituto, Clarisse afirma que no início alguns tinham olhares preconceituosos com relação à ela e sua história, mas tudo mudou quando passaram a ter conhecimento sobre a sua comunidade a partir da convivência e do compartilhamento de informações que ela faz com os demais.

Veja que com um simples relato de uma estudante remanescente quilombola há traços e reflexos de tudo o que já foi discutido. Seja na dificuldade enfrentada na escola regular, a falta de uma escola específica para eles, assim como também ao pouco conhecimento disponibilizado aos próprios membros do movimento sobre sua história. O que permite concluir sobre a desvalorização, as oportunidades e os privilégios escassos para estes.

Nesta mesma entrevista, a aluna também relata que na comunidade quilombola na qual foi criada não dispõe de nenhuma unidade básica de ensino que atenda às necessidades históricas e culturais do seu povo, sendo estas informações transmitidas através de histórias contadas pelos mais velhos. A aluna cita também o fato de que desde 2006, sua comunidade luta pelo direito primordialmente das terras, como também, de uma educação de qualidade, para que com a inclusão da história de seu povo no ensino básico o preconceito existente seja diminuído.

Dentro do contexto escolar, percebe-se que o currículo é o alicerce, o norte a ser seguido para que escola e o professor organizem de forma correta e coerente o que os alunos verão em sala de aula. Para que este currículo supra as necessidades da Educação Quilombola é necessário que a sua elaboração seja realizada em conjunto com representantes de cada comunidade, respeitando as particularidades da história de cada grupo, seu estilo de vida e ainda, a sua alimentação. Visto que cada comunidade tem suas peculiaridades, cada uma delas

tem necessidade de um currículo específico, e analisando a postura de estados e municípios, há um desconhecimento dessas realidades, existe uma precariedade no ensino.

Em suma, é clara a grande importância de todas as leis já citadas acima, uma vez que todas trazem os resultados das lutas, mortes, do desejo de manter a cultura e garantir os seus direitos. Entretanto, para que tal condição necessária seja suficiente para que haja a disponibilização de oportunidades igualitárias, deve-se discutir sobre uma formação especializada para professores, investimentos nas escolas quilombolas já existentes e uma mudança eficaz no currículo de ensino, a fim de que as taxas de abandonos escolares sejam diminuídas com a atribuição da educação ao sentimento de pertença.

A busca incessante por resultados de uma sociedade de ensino capitalista não atenta-se à priorização da aquisição de conhecimento por meio das experiências ou muito menos do ensino humanista. A negação da identidade, o ensino distorcido por meio de “verdades” eurocêntricas e a capacitação de estudantes para o mercado de trabalho estão enraizados nas instituições de ensino.

Portanto, uma visão colonialista, preconceituosa e excludente não será criada sobre tais remanescentes se houver investimento, por parte do Governo, para a formação da gestão escolar e do núcleo de professores sobre a história e cultura, além das questões e problemas característicos enfrentados por este povo já discutidos neste presente trabalho. Torna-se fundamental também uma mudança na estrutura física de inúmeras escolas destinadas a esses alunos, uma vez que os dados mostram a evidente precariedade estampada nas salas de aula, um dos estopins ao abandono escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão social no qual os remanescentes quilombolas estão inseridos está desvalorizada até a atualidade, mesmo com a constituição de 1988 garantindo que estes são reconhecidos como comunidade. Assim, a sociedade desconhece seus valores, crenças, costumes, dentre outros. Então, diante dessa condição muitas vezes desconhecida por parte das entidades governamentais, é necessário que, para resolver os desafios relacionados à educação quilombola haja uma valorização étnico-racial, garantindo direitos e as oportunidades igualitárias para os mesmos.

Pensando desta forma, é preciso que representantes do governo, tanto federais, estaduais e municipais, quanto remanescentes, estabeleçam um diálogo aberto para a elaboração de um currículo específico para a Educação Quilombola que respeite o que foi estabelecido pela CONAE, CNE e CEB além das peculiaridades de cada comunidade. Para que a história seja trabalhada de forma correta e coerente dentro das unidades de ensino, é preciso que ao invés de ser trabalhada com o olhar eurocêntrico, seja exposta de acordo com o olhar dos remanescentes quilombolas, e para que isto seja efetivado, é importante que os professores sejam oriundos das comunidades ou possuam formação continuada específica para tal fim. E para que isto ocorra, o governo precisa garantir o espaço deste povo também no ensino superior.

Portanto, o currículo pensado para a Educação Quilombola não possui o mesmo sentido que o aplicado na educação urbana, pois pensar uma educação quilombola não é o mesmo que educação para quilombolas, pois é reconhecido que a formação para o trabalho tem a sua importância, mas a reafirmação da sua história, cultura, relações ético-raciais e sociais são essenciais e garantem seus lugares na sociedade acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA - Ufam, 2006.

ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de. Etnografar com o uso da Entrevista: relatos de de uma experiência de pesquisa de campo com jovens rurais. OLIVEIRA, In: **Pesquisa qualitativa: formação e experiências**. Maria Nobre Damasceno, Celecina de Maria Veras Sales, Nadja Rinelle Oliveira de Almeida (Orgs.). Curitiba: CRV, 2016

ARROYO, Miguel. **O direito à educação e a nova segregação social e racial** - tempos insatisfatórios? Educação em Revista. Belo Horizonte. V.31. n.3.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola**. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2012.

JOCA, Alexandre. **Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual: reflexões, projetos e experiências**. Recife, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. – 12 ed. – São Paulo: Hucitec, 2010.

NUNES, Georgina Helena Lima. **EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO E ALGUMAS EXPERIÊNCIAS**. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 8, n. 18, p. 107-131, fev. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/45>>. Acesso em: 24 set. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª. Ed. Belo Horizonte, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.